

DIFICULDADES DISCENTES NA FORMAÇÃO DOCENTE: uma análise dos cursos de licenciatura
STUDENTS DIFFICULTIES IN TEACHING EDUCATION: an analysis of undergraduate courses

Clelia Rosilene Bergo
Martins¹ Jaiane Aparecida
Pereira²

Recebido em 04/04/2022; revisado em 27/06/2022; aceito em 30/06/2022

Resumo: O objetivo do presente trabalho foi investigar as dificuldades dos discentes na área de licenciatura em relação à formação acadêmica. Para atingir esse objetivo, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica, que culminou discutindo os seguintes temas: processo de formação docente, os cursos de licenciatura e dificuldades de formação docente. Como resultados podemos destacar as seguintes dificuldades: dificuldades financeiras dos estudantes, que precisam trabalhar durante a graduação, ficando pouco tempo para se dedicar aos estudos; baixos salários e condição precária da profissão, que não motivam os ingressantes dos cursos de licenciatura; e formação diferente das demandas da escola, que formam profissionais despreparados para a profissão. Sendo assim, concluímos que para além das dificuldades discentes, falta a gestão eficiente dos investimentos em Educação, pois há problemas de distribuição dos recursos, que muitas vezes não consideram as especificidades de cada localidade do país. Além disso, a falta de investimentos na qualificação profissional dos docentes juntamente com a baixa remuneração, não auxiliam na busca por melhoria profissional.

Palavras-chave: Formação docente; perfil discente; necessidades formativas; políticas públicas.

Abstract: The objective of the present work was to investigate the difficulties of students in the teaching area in relation to academic training. To achieve this objective, a bibliographic research was carried out, which culminated in discussing the following topics: teacher training process, licensure courses and difficulties in teacher training. As a result, we can highlight the following difficulties: financial difficulties of students, who need to work during graduation, leaving little time to dedicate themselves to studies; low salaries and the precarious condition of the profession, which do not motivate those who enter undergraduate courses; and training different from the demands of the school, which form professionals who are unprepared for the profession. Therefore, we conclude that in addition to the students' difficulties, there is a lack of efficient management of investments in Education, as there are problems in the distribution of resources, which often do not consider the specificities of each location in the country. In addition, the lack of investments in the professional qualification of teachers, together with the low remuneration, do not help in the search for professional improvement.

Keywords: Teacher training; student profile; training needs; public policy.

¹ Acadêmica do curso de Ensino de Sociologia do campus de Naviraí-UFMS

² Doutora em Administração - Professora da UFMS - Campus de Naviraí. Rodovia MS-141, 04, Naviraí - MS, 79950-000 tel.: 55 (67)3409-3456.

1 INTRODUÇÃO

Realizar o sonho de ser professor com uma educação de qualidade tem sido um desafio no Brasil, pois o investimento na educação é mínimo. Em 2017, o gasto com a educação seja ela básica e universitária foi de 5,1% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, que é um dos mais altos investimentos da América Latina considerando os países analisados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (TODOSPELAEDUCAÇÃO, 2021). Além disso, estima-se que esse investimento chegará em 2024 com 10% do PIB.

Apesar desse investimento expressivo, temos muitos problemas de gestão desses investimentos, que muitas vezes são usados para material didático, infraestrutura, equipamentos eletrônicos, que são importantes. Contudo, a qualificação das pessoas nem sempre é considerada, principalmente no que concerne a qualificação para o gerenciamento do uso dos recursos. Além disso, há dificuldades de manutenção da infraestrutura.

A Constituição brasileira de 1988 tem diretrizes de investimento que norteiam o orçamento, porém precisamos de uma política pública planejada a curto, médio e longo prazo que contemple diversas áreas do desenvolvimento humano, possibilitando o desenvolvimento das potencialidades de cada pessoa. Segundo a OCDE, em 2018, tínhamos 18% da população brasileira abaixo da linha da pobreza (TODOSPELAEDUCAÇÃO, 2021). Embora ainda não tenhamos dados mais atuais, já sabemos que a situação se agravou no período de pandemia da Covid-19.

O Brasil tem uma população de aproximadamente 211 milhões de pessoas, com 87% vivendo nas áreas urbanas. Grande parte da população vive em condições precárias, apenas dois terços do povo brasileiro (68%) têm saneamento básico, sendo que esse índice piora na Região Nordeste, onde a água potável não chega em muitas residências. Em 2020, 41% da população estava envolvida com trabalho informal. Dentre os 38 países analisados pela OCDE, o Brasil está na 36ª posição em investimento na educação (TODOSPELAEDUCAÇÃO, 2021). Diante das dificuldades do país, mesmo que haja várias diretrizes para a Educação, sobretudo a partir da Constituição, infelizmente elas demoram muito para sair do papel, não contribuindo para o desenvolvimento econômico, social e cultural.

No caso do ensino superior, muitos estudantes não conseguem chegar a cursá-lo devido às dificuldades financeiras, principalmente quando se trata de profissões com necessidade de maiores investimentos como os cursos de engenharia e medicina, optando então por cursos com mensalidades mais acessíveis como as licenciaturas. Contudo, esses profissionais que, na maioria das vezes, não tem preparo para o ensino universitário fazem um curso sem a devida dedicação.

É uma grande tarefa identificar o perfil desse discente, cuja identificação está relacionada com o que Paulo Freire denomina de desvelamento da realidade (FREIRE, 1993), ou seja, entender a formação básica do sujeito, seu gosto pela leitura, pesquisa, escrita, qual sua realidade fora do ambiente acadêmico, onde trabalha, quais são seus momentos de lazer, que esporte gosta de praticar, sua renda mensal, como vive em seu núcleo familiar, quantas horas trabalhar por dia. Isto porque todos esses fatores influenciam no desenvolvimento cognitivo, criativo e construtivo na formação do aluno que se tornará docente.

Outro grande desafio são os cursos noturnos, nos quais o futuro docente tem um período muito pequeno de estudos, não sendo suficiente a qualificação para exercer a profissão de docente como exige a sociedade contemporânea. Oliveira, Bittar e Lemos (2010), relatam que o ensino noturno é precário, pois existe a dupla jornada do estudante e a qualidade dos cursos e do ensino podem não o preparar para o mercado de trabalho, visto que são necessárias habilidades e competências e não apenas o diploma.

Atualmente, também temos outra modalidade que vem sendo muito utilizada, a educação a distância (EAD). Para Amarilla Filho (2011), a EAD requer a compreensão de que é um processo de ensino-aprendizagem apontando para uma só dimensão: a proximidade do aluno, não no sentido espaço-temporal, mas no sentido do exercício da autonomia, da participação e da colaboração no processo ensino aprendizagem. Segundo o autor, é o aluno motivado e “próximo” o foco principal de tal processo, a partir do conhecimento de suas características socioculturais, das suas experiências e demandas.

Diante dessas questões, faz-se necessário buscar compreender sobre o processo de formação dos futuros docentes no intuito de pensar políticas públicas inclusivas e que garantam a qualidade do ensino. Neste contexto, o objetivo do presente trabalho foi investigar quais as dificuldades dos discentes na área de licenciatura em relação à formação acadêmica.

Para atingir esse objetivo, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica, que é aquela baseada em diversos autores e metodologias para discutir uma determinada temática, possibilitando o conhecimento e discussão de acontecimentos históricos, o que permite trazer luzes para dialogar com o presente (CELLARD, 2008).

O trabalho está organizado em 5 partes. Além desta introdução, o segundo capítulo discute sobre o processo de formação docente. O terceiro destaca as características dos cursos de licenciatura. O quarto capítulo apresenta estudos sobre as dificuldades de formação docente. Por fim, expomos as considerações finais.

2 PROCESSO DE FORMAÇÃO DOCENTE

Vivenciamos um momento crítico em nosso país, onde o aumento de investimentos em políticas públicas foi congelado durante 20 anos e houve um corte expressivo no orçamento da educação para o ano de 2021 (MÁXIMO, 2021), o que com certeza trará prejuízos para as escolas já sucateadas, sugadas, exauridas em seu capital humano e material. O Ministério da Educação (MEC) não conseguiu se colocar como sujeito autônomo e responsável pela realidade de pandemia da Covid-19 que estamos vivenciando, deixando a responsabilidade a cargo dos estados e municípios.

No Brasil existem várias legislações exemplares, além da Constituição Federal, temos o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que foi instituído pela Lei n. 8.069, de 13 de Julho de 1990 (ECA, 2019) e a Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB), instituída pela Lei n. 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 (BRASIL, 1996). Apesar disso, precisamos fazer com que as leis saiam do papel, pois somente o mínimo é colocado em prática para cumprir a lei de responsabilidade fiscal. Deste modo, o estado não consegue ter o controle efetivo nem do mínimo que ele oferece, tem dados em mão, mas não fiscaliza.

Os professores também não são tratados como deveriam, segundo Demo (2004), a sociedade brasileira e seus governos não valorizam os professores, exigindo muito, mas sem dar a oportunidade para que sejam bem formados.

A raiz das dificuldades enfrentadas pela educação é muito antiga e vem de diversas construções históricas e interesses da sociedade ou Estado dominante. O controle dos meios estruturais faz uma camada muito grande da população refém de si mesmo e ainda faz pensar

que toda culpa do seu fracasso é somente sua. Com a invasão dos portugueses ao Brasil no início do século XVI, foram aproximadamente três séculos sem controlar ou pensar a educação no Brasil para toda a população, pois até 1759 ela estava nas mãos dos jesuítas. Com a expulsão dos mesmos, a situação ficou ainda pior, passando para as mãos do governo que não tinha controle e não via a educação como uma prioridade (CARVALHO, 2002).

Segundo Carvalho (2002), foi observado que 50 anos após a Independência do Brasil, o índice de alfabetização era muito baixo e não se tinha preocupação nem por parte do governo imperial e nem dos senhores de escravos.

Mas se verificarmos que em 1872, meio século após a independência, apenas 16% da população era alfabetizada, poderemos ter uma ideia da situação àquela época. É claro que não se poderia esperar dos senhores qualquer iniciativa a favor da educação de seus escravos ou de seus dependentes. Não era do interesse da administração colonial, ou dos senhores de escravos, difundir essa arma cívica (CARVALHO, 2002, p. 22).

A situação da educação superior era ainda mais distante do povo brasileiro, como descrito por Carvalho (2002), Portugal, em contraste com a Espanha, nunca permitiu a criação de universidades em sua colônia. Nos países colonizados pela Espanha, no final da colonização, a América espanhola tinha 23 universidades, enquanto seus filhos estudavam em seu próprio território, os brasileiros privilegiados precisavam se deslocar para as universidades europeias (CARVALHO, 2002).

Com essa precariedade histórica da educação brasileira, os alunos e docentes acabam tendo muitas dificuldades na leitura, escrita e interpretação de texto.

Se nossas escolas, desde a mais tenra idade de seus alunos se entregassem ao trabalho de estimular neles o gosto da leitura e o da escrita, gosto que continuasse a ser estimulado durante todo o tempo de sua escolaridade, haveria possivelmente um número bastante menor de pós-graduandos falando de sua insegurança ou de sua incapacidade de escrever (FREIRE, 1993, p. 25).

Precisamos mudar a realidade da formação educacional do Brasil, temos muitos pontos cruciais a serem observados e, principalmente, precisamos de um olhar mais focado na construção de um projeto político pedagógico que coloque em ascensão a educação brasileira.

Além dos problemas estruturais, vale refletir o que estará realmente acontecendo para que tenhamos profissionais tão despreparados, desmotivados, sem coragem de se colocar como indivíduos autônomos e incentivadores na construção de seres altruístas, curiosos. Será

que realmente estamos fazendo uma formação para educadores de integração entre a teoria e a prática, que seja sólida, ou estamos somente ficando na superficialidade, no abstrato, não conseguindo fazer essa interdisciplinaridade tão necessária nos projetos pedagógicos, como descreve Azanha (2004).

Para o autor, das amplas e contínuas discussões, não têm emergido propostas que ultrapassem o nível de recomendações abstratas sobre a necessidade de “sólida formação dos educadores”, da “integração de teoria e prática”, da “interdisciplinaridade”, entre outros. Isto porque as sugestões dessa natureza são capazes de entreter colóquios e debates, mas a sua utilidade não vai além desses efeitos retóricos (AZANHA, 2004, p. 02).

Ressalto outro ponto para investigação, segundo Freitag (1986), a própria escola pode estar produzindo a exclusão, pois reproduz simultaneamente a cultura e o social, estando a serviço da sociedade capitalista. A autora discute também que o Estado é responsável pela garantia e manutenção da educação, contudo, como este investimento não traz retorno imediato ao próprio Estado, não há interesse de investimento na qualificação do professor e na educação em geral. Entretanto, para Duarte (2004), o Estado não tem simplesmente a função de garantir o acesso à escola para que o indivíduo tenha um bom desempenho no trabalho, mas também que o ser humano precisa desenvolver suas capacidades e habilidades intelectuais e não o ficar à mercê do que rege o mercado econômico.

Vale lembrar que o direito à educação não se reduz ao direito do indivíduo de cursar o ensino fundamental para alcançar melhores oportunidades de emprego e contribuir para o desenvolvimento econômico da nação. Deve ter como escopo o oferecimento de condições para o desenvolvimento pleno de inúmeras capacidades individuais, jamais se limitando às exigências do mercado de trabalho, pois o ser humano é fonte inesgotável de crescimento e expansão no plano intelectual, físico, espiritual, moral, criativo e social (DUARTE, 2004, p. 115).

Segundo Libâneo (2011), em sua maioria, todas as reformas educativas pensadas e elaboradas por volta da década de 1980 a nível mundial, com destaque para Portugal, França e Espanha, em relação à formação e à profissionalização docente, tem como exigência a necessidade de atender a nova ordem mundial de produção e globalização da economia. Foram pensados e planejados outros modelos que correspondiam com as necessidades vislumbradas como, por exemplo, a formação e profissionalização de professores, a formação inicial interligadas com as práticas escolares na formação continuada, criação de centros de formação e institutos de educação superior com parceria com instituto de ciências da

educação e centros que apoiam a formação continuada dos professores (LIBÂNEO, 2011).

No Brasil, estamos muito distantes de um planejamento e uma política pública efetiva e concreta para a educação. Não é desenvolvida uma educação emancipadora que desenvolva todas as capacidade e habilidades que o ser humano precisa, lembrando ainda que cada indivíduo tem seu tempo, suas particularidades de aprendizagem e na busca pelo conhecimento.

Essa discussão é bastante pertinente no que tange aos cursos de licenciatura, devido à importância da formação de professores para a melhoria da educação. O próximo tópico apresenta as particularidades e características dos cursos de licenciatura.

3 OS CURSOS DE LICENCIATURA

Diante das dificuldades históricas sobre a educação brasileira, destacamos que é necessário um investimento maciço na formação inicial. Não é suficiente criar ou ampliar vagas nos cursos de licenciatura se as condições dos alunos para frequentá-los não forem contempladas. Não adianta criar cotas para que os alunos das escolas públicas ingressem na universidade se não forem criadas condições de permanência e garantias de uma boa formação. É insuficiente equipar os cursos com tecnologia se os alunos não conseguem significar as informações obtidas e utilizá-las na melhoria da qualidade de suas vidas.

As políticas públicas educacionais brasileiras precisam criar medidas para facilitar ao futuro docente o acesso a uma educação de qualidade, a possibilidade de tornar-se agente de sua própria história, ter autonomia para entender a importância do seu papel diante dessa sociedade tão complexa e individualista, que possibilite a ele ser um agente transformador, não só de sua própria vida, mas que, em suas ações docentes, possa mostrar aos seus alunos que há outras realidades possíveis.

Uma política educacional que privilegie os valores humanos deve ter como pressuposto básico uma visão integrada dos processos de aquisição, manutenção e desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita e deve prever medidas de promoção cultural como a melhoria das condições de trabalho, da qualidade de ensino, de acesso a outros meios de cultura, abrindo possibilidades de debater e tomar decisões coletivas através de grupos organizados, participação em atividades que valorizem a cultura da comunidade e assegurem a confiança nas próprias capacidades e, ainda, possibilitem o desenvolvimento humano através das artes, esportes e outras construções culturais (SILVA, 2012, p. 204).

Como nos traz Duarte (2004), o direito público subjetivo sustentado na Constituição, garante a exigibilidade judicial de políticas públicas educacionais, e que tais políticas vão beneficiar os alunos, que são os interessados diretamente, e ao coletivo, sabendo que a educação escolar proporciona meios de incluir as gerações presente e futura ao patrimônio cultural reunido ao longo do tempo pela humanidade. Se almejamos melhorias na educação formal oferecida no Brasil, há de se rever suas diretrizes políticas e medidas práticas que coloquem a formação do professor como centro das atenções. A valorização docente será, então, uma consequência natural.

Gatti (2014) descreve sobre a fragmentação dos cursos de licenciatura para formação dos professores para educação básica, a qualidade do currículo oferecido, como é o controle dos estágios, nos mostra que é insuficiente a formação oferecida da complexidade e responsabilidade que a profissão de docente exige.

Discutem-se análises qualitativas dos currículos das licenciaturas, as quais mostram a fragmentação entre a formação em área de conhecimento e a formação em educação e práticas de ensino, estas oferecidas de modo insuficiente para formar professores. Abordam-se algumas iniciativas governamentais intervenientes no âmbito dos estágios curriculares. O panorama é preocupante dada a insuficiência da formação oferecida para subsidiar a atuação de um profissional docente na educação básica (GATTI, 2014, p. 02).

A problemática persiste em alguns componentes curriculares como ciência da natureza, no ensino médio, como simplesmente estudar Biologia, Física, Química e Matemática com auxílio somente de material teórico (PEDRISA, 2008). Na maioria das escolas, principalmente as públicas, não tem laboratório e nem materiais reagentes que possam desenvolver experimentos para que os alunos possam ver e desenvolver na prática aquilo que é discutido no teórico, fazendo assim com que nossos estudantes e futuros discentes cheguem com mais dificuldades na universidade, como nos mostra Pedrisa (2008).

No país, especialmente na escola pública, o ensino de ciências físicas e naturais ainda é fortemente influenciado pela ausência do laboratório de ciências, pela formação docente descontextualizada, pela indisponibilidade de recursos tecnológicos e pela desvalorização da carreira docente (COSTA; BARROS, 2015, p. 109801).

Para além das dificuldades gerais e estruturais listadas, o próximo tópico apresenta algumas dificuldades para a formação docente.

4 DIFICULDADES PARA A FORMAÇÃO DOCENTE

Alguns estudos desenvolvidos discutem as várias dificuldades dos cursos de licenciatura para a formação docente. Segundo Barreto (2015), por mais que a profissão docente seja o terceiro subgrupo de profissionais do país, que atende mais de 51 milhões de estudantes na escola básica, que 80% dos docentes estão no setor público, que a formação docente vem sendo impulsionada desde o início do milênio, que o registro, em 2011, de cursos superiores foi de 26% e que a educação básica é um celeiro de oportunidades para a formação docente, há diversidades de exigência interna com a qualidade dos cursos e valorização da carreira docente principalmente considerando a questão salarial.

Para o autor, por mais que os números tenham melhorado ao longo do tempo, temos muitos problemas e dificuldades para ser enfrentadas.

A exigência de certificação superior para o magistério, feita pela LDB/1996, afeta, sobretudo, a formação de professores dos anos iniciais da escolarização, uma vez que aquela podia ser obtida anteriormente apenas com o nível médio de escolaridade. Para os professores dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio, já era demandada a licenciatura para o exercício da docência, embora os censos ainda identifiquem um percentual pequeno desses docentes sem titulação, e embora haja professores lecionando disciplinas que não correspondem à habilitação acadêmica que receberam. No Censo Escolar, realizado pelo Ministério da Educação/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (MEC/INEP) em 2009, 38% dos docentes do ensino fundamental não tinham curso superior, e 52% dos docentes da educação infantil, tampouco. No ensino médio, apenas 9% dos docentes enquadravam-se nesse perfil (BARRETO, 2015, p. 682).

Ao analisar o perfil de 137 alunos dos cursos de licenciatura em um centro universitário da região Noroeste do estado de São Paulo, Balderramas, Silva e Martins (2013) identificaram que 56% tinham entre 17 e 20 anos e 88% eram solteiros. Questionários sobre o motivo da escolha do curso, 34,31% não responderam; 18,25% disseram que gostam de crianças; 7,30% escolheram por serem influenciados por amigos e parentes; 40,14% alegaram outros motivos e apenas 21,90% consideraram identificar-se com a profissão (BALDERRAMAS; SILVA; MARTINS, 2013).

Outros dados que chamam atenção, referem-se à quantidade de horas trabalhadas e a renda mensal. Dos respondentes que trabalham (83,94%), a maioria 37,39% trabalham 8 horas por dia e 25,22% trabalham mais de 8 horas por dia, o que compromete a dedicação aos estudos. Sobre a renda familiar mensal, 36,46% alegam ter renda de um salário-mínimo e 30,21% de dois salários-mínimos, ou seja, a classe social da maioria dos entrevistados se concentra nas faixas de renda mais baixas (BALDERRAMAS; SILVA; MARTINS, 2013).

Diante dos dados, os autores concluíram que a situação dos alunos é precária. Somado a isso, discutem que o transporte público não atende as necessidades dos alunos. Por isso, discutem as dificuldades dos futuros docentes, que não vão conseguir desenvolver suas competências e potencialidades, chegando nas salas de aula com deficiência, o que, por sua vez, vai interferir na qualidade do ensino dos seus alunos.

Como um aluno que trabalha 8 ou mais horas por dia e ganha em média um salário-mínimo por mês, vai poder investir em sua formação? - Como esse estudante, com horário intensivo de trabalho durante o dia e estudando à noite, vai fazer suas leituras, pesquisas complementares e os trabalhos exigidos pelo seu curso de licenciatura? (BALDERRAMAS; SILVA; MARTINS, 2013, p. 9).

Em estudo sobre a evasão discente nos cursos de licenciatura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Lima e Machado (2014), concluíram que, além dos motivos apontados pela literatura como baixos salários e condições precárias de trabalho para os licenciados, o problema da evasão deve ser analisado em três situações interdependentes, a saber: contexto interno à instituição, contexto externo e características individuais dos estudantes. Os autores reiteram que a gestão social da evasão discente:

requer debate participativo de todos os interessados, de modo a tornar possível a percepção das variações importantes nos fatores da evasão no ensino superior, a manifestação de diferentes pontos de vista e de opiniões, a emergência de propostas de solução que não sejam meramente emergenciais e paliativas, mas que requeiram enfoques e intervenções globais, intersetoriais e integrados (LIMA; MACHADO 2014).

Andrade et al. (2016) buscaram identificar as dificuldades vivenciadas por licenciandos durante o processo de preparação e implantação de um projeto interdisciplinar. Para os autores, a riqueza de elementos de projetos interdisciplinares pode ser uma importante ferramenta para os conhecimentos relacionados ao magistério. Os autores discutem que muitas vezes os cursos de licenciaturas formam professores pautados na realização de estudos

de literatura educacional que não dialogam com as demandas da escola. Neste sentido, seria necessário aproximar os estudos de licenciatura com as demandas que os futuros docentes terão na escolha, o que poderia contribuir com a diminuição da insegurança e despreparo que aflige os ingressantes no magistério.

Considerando os licenciados pelo Programa Universidade para Todos (PROUNI), Felicetti (2014) relata que as dificuldades dos discentes são diversas, sendo a financeira a principal, pois mesmo com bolsa, o aluno precisa arcar com outras despesas, como moradia, alimentação, transporte, vestuário, materiais didáticos, livros, entre outros. Ademais, existem outras dificuldades decorrentes da financeira, como o acesso à internet, aparelhos que possam ser utilizados tanto em casa como na sala de aula, como computadores, notebooks e celulares (FELICETTI, 2014).

Além disso, cada curso tem dificuldades específicas, considerando as dificuldades dos ingressantes no curso de licenciatura em Química, Souza, Leite e Leite (2015), evidenciaram que as dificuldades encontradas estão relacionadas à formação básica, pois os estudantes chegam à universidade sem conhecer os conceitos principais da Química e tem problemas no desenvolvimento das habilidades necessária ao profissional que a área exige. Para os autores:

As dificuldades apontadas pelos licenciados estão intimamente ligadas. Isso não poderia ser diferente, uma vez que da dificuldade financeira apresentada decorre a necessidade de trabalhar durante o percurso acadêmico, em extensão o tempo para dedicação aos estudos torna-se menor. Assim, tempo, dedicação, trabalho e recursos financeiros são cúmplices, interatuam e necessitam um do outro (SOUZA; LEITE; LEITE, 2015, p. 8).

Diante das dificuldades apontadas, destaca-se que, com uma jornada exaustiva de trabalho, remuneração mínima e cursando, em sua maioria, um curso noturno, os estudantes ficam totalmente prejudicados. Acabam sacrificando momentos de lazer com a família, amigos e não têm recursos financeiros para atividades culturais. Para uma formação adequada, necessitamos também de um ambiente propício para o estudo nas residências, o que não ocorre, pois na maioria das moradias não há espaços adequados.

Sendo assim, dificilmente os professores conseguiram se qualificar para atender as necessidades do mercado de trabalho. A qualificação depende de recursos, tempo,

organização, desenvolvimento de competências e habilidades, além de comportamentos como equilíbrio, disciplina, empatia e resiliência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre a formação profissional docente vem mobilizando município, estado e própria política nacional, principalmente quando temos em mãos os dados internacionais sobre educação no mundo e o nosso país está nas últimas colocações. Precisamos de investimentos de qualidade tanto na educação básica como na formação no ensino superior, pois não há como esperar bons profissionais sem os investimentos necessários.

Considerando o objetivo deste trabalho de investigar quais as dificuldades dos discentes na área de licenciatura em relação à formação acadêmica, por meio de pesquisa bibliográfica, podemos destacar as seguintes dificuldades: dificuldades financeiras dos estudantes, que precisam trabalhar durante a graduação, ficando pouco tempo para se dedicar aos estudos; baixos salários e condição precária da profissão, que não motivam os ingressantes dos cursos de licenciatura; e formação diferente das demandas da escola, que formam profissionais despreparados para a profissão.

Somado a isso, discutimos a falta de gestão eficiente dos investimentos em Educação, pois há problemas de distribuição dos recursos, que muitas vezes não consideram as especificidades de cada localidade do país. A falta de investimentos na qualificação profissional dos docentes juntamente com a baixa remuneração, não auxiliam na busca por melhoria profissional.

Sendo assim, fica a reflexão da necessidade de transformação da educação, que precisa ser uma política pública planejada para o longo prazo, e não uma política de governo. Para tanto, precisamos ouvir as partes interessadas, sobretudo os professores, para que juntos possamos lutar pela melhoria das condições de trabalho e consequente melhoria da educação como um todo. Diminuir as desigualdades educacionais que são enormes devido às condições geográficas continentais do Brasil, também colaboram para a formação mais equitativa dos futuros docentes.

Referências

ANDRADE, V. C.; CHEIBUB, L. C.; CALDAS, T. M.; NOGUEIRA, D. F.; VASCONCELLOS, M. Cursos de licenciatura e projetos interdisciplinares na educação básica: quais são as dificuldades enfrentadas por licenciandos diante da realidade escolar? In: III Congresso Nacional de Educação. **Anais...** Rio Grande do Norte: UERN, 2016.

AMARILLA FILHO, P. Educação a distância: uma abordagem metodológica e didática a partir dos ambientes virtuais. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 37, n. 02, p. 41-72, ago. 2011.

BALDERRAMAS, H. A.; SILVA, R. M. A. S.; MARTINS, C. R. B. Futuros docentes: perfil de alunos dos cursos de licenciatura. In: XI Congresso Nacional de Educação (EDUCERE). **Anais...** Curitiba: EDUCERE, 2013.

BARRETTO, E. S. S. Políticas de formação docente para a educação básica no Brasil: embates contemporâneos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, p. 679-701, 2015.

BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 01 mar. 2022.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

COSTA, L. G.; BARROS, M. A. O ensino da física no Brasil: problemas e desafios. In: XII Congresso Nacional de Educação (EDUCERE). **Anais...** Curitiba: EDUCERE, 2015.

DEMO, P. **Professor do Futuro e Reconstrução do Conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2004.

DUARTE, C. S. Direito público subjetivo e políticas educacionais. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 113-118, jun. 2004.

ECA. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n. 8.069, de 13 de Julho de 1990. Brasília: 2019. Disponível em:

<<https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-versao-2019.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

FREITAG, B. **Escola, Estado e Sociedade**. 6. ed. São Paulo: Editora Moraes,

1986. FREIRE, P. **Professora sim, tia não**. São Paulo: Olho Mágico, 1993.

Gatti, B. A. A formação inicial de professores para a educação básica: as licenciaturas. **Revista USP**, v. 100, p. 33-46, 2014.

LIBÂNEO, J. C. **Adeus professor, adeus professora?** São Paulo: Editora Cortez, 2000.

LIMA, E.; MACHADO, L. A evasão discente nos cursos de licenciatura da Universidade Federal de Minas Gerais. **Educação Unisinos**, v. 18, n. 2, p. 121-129, 2014.

MÁXIMO, W. Desenvolvimento Regional e Educação têm maiores cortes no Orçamento. **Agência Brasil**. 23 abr. 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-04/desenvolvimento-regional-e-eduacao-tem-maiores-cortes-no-orcamento>>. Acesso em: 01 mar. 2022.

OLIVEIRA, J. F.; BITTAR, M.; LEMOS, J. R. Ensino Superior noturno no Brasil: democratização do acesso, da permanência e da qualidade. **Revista Educação Pública**, Cuiabá, v. 19, n. 40, p. 246-267, maio/ago. 2010.

PEDRISA, C. M. Características históricas do ensino de ciências. **Ciências em Foco**, Campinas, SP, v. 1, n. 1, ago. 2008.

SILVA, R. M. A. Educação Popular e Desenvolvimento Humano. In: VIOTTO FILHO, I. A. T.; PONCE, R. F. (Orgs). **Psicologia e Educação**. Birigui: Editora Boreal, 2012.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Dados da Educação. 2021. Disponível em: <<https://todospelaeducacao.org.br/dados-da-educacao/>>. Acesso em: 01 mar. 2022.